



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 19 18.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 25 de junho de 2012

Aos vinte e cinco dias do mês de junho, do ano dois mil e doze, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes Membros: Antero de Figueiredo Marques Teixeira, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Paula Tomaz (em substituição de Cristóvão Crespo, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), João Luís Pina (em substituição de Albano Varela e Silva, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), Maria Alexandra Marques Gueifão Carrilho Barata, Maria Conceição Barradas Grilo, José Cavalheiro (em substituição de João Filipe Gonçalves Jesus, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), Luís David Trindade de Moreira Testa, Gonçalo Chambel (em substituição de Miguel André Telo de Arriaga, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), José Chambel Tomé (em substituição de Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), Cristina Nabais (em substituição de Maria Luísa Galeano Tavares Moreira, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), António Fernando Ceia Biscainho, Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, Carlos Alberto Vintém, Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha, António Morais Baptista, Manuel Jesus Nicolau Marques, António Maria Petas Chaparro, Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, Ricardo Jorge Lourenço Reia, Francisco Alegre (em substituição de António Joaquim Tavares de Oliveira, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), Francisco José Meira Martins da Silva e João Hermínio Henriques Janeiro. -----

O Presidente da mesa, deu início aos trabalhos, eram 21:15 horas, altura em que foi efetuada a chamada. Seguidamente, deu conhecimento dos vários pedidos de substituição dos Membros que não puderam estar presentes naquela sessão da Assembleia Municipal. Foi lido o expediente endereçado àquela Assembleia, recebido até à data. O Presidente da Mesa informou ainda da inclusão de mais dois assuntos, fora da ordem de trabalhos, os quais diziam respeito à nomeação dos juízes Sociais, indicados por várias instituições e aprovado naquele dia em reunião de Câmara; o outro assunto dizia respeito ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em que teria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de ser votado o Presidente de Junta que irá estar presente, bem como o seu substituto. Foi então colocada à votação a inclusão dos mesmos. -----

O membro Luís Testa pretendeu por um ponto de ordem à Mesa e disse que, tendo em conta a admissão daqueles pontos na ordem de trabalhos, seriam incluídos na sequência normal, ou melhor, depois de todos os outros.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, a integração dos dois assuntos no final da ordem de trabalhos.---

Moção – (PSD)

A Assembleia Municipal de Portalegre congratula-se pela proposta da Comissão Nacional de Saúde Materna em manter o funcionamento da Maternidade de Portalegre, que possibilitará que todos os partos de todos os pontos do distrito possam ser realizados no Hospital de Portalegre, reconhecendo-se a mais-valia técnica e de condições de internamento que o Hospital possui, e contribuindo também para contrariar o processo de despovoamento que o interior do território vem sofrendo.

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse que estranhava o facto do PSD se congratular com aquele facto, quando a manutenção da maternidade, em termos de equipamentos hospitalares, era já um dado adquirido. Portanto, aquela Moção não tinha qualquer relevância, pois as coisas já estavam confirmadas para o Distrito. Na sua opinião, a atitude do PSD era um erro político. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 16 votos favoráveis e 9 contra, aprovar a Moção apresentada. ----

Intervenção do Público:

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao público presente na sala, informando de que dispunham de um período máximo de cinco minutos para colocarem as questões que pretendessem. -----

Solicitando o uso da palavra, o Sr. Manta disse que pretendia colocar ali duas situações, as quais gostaria que a Câmara Municipal resolvesse. A primeira era referente ao turismo de habitação denominado “Solar das Avencas”, do qual era proprietário e que, quanto à sua localização no Parque Miguel Bombarda, a mesma não era identificada nos dados de gps. Porque, se algum possível cliente do seu Solar, introduzisse os dados no sistema de gps iria parar à Rua Miguel Bombarda, nos Assentos. Atualmente, embora a Câmara Municipal já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tivesse colocado uma placa identificativa do Parque Miguel Bombarda, ainda faltava outra. Perante o exposto, solicitou à Câmara, dentro do que fosse possível, que regularizasse a situação. Em segundo lugar, referiu que naquele mesmo Parque, a Câmara tinha por hábito efetuar limpezas pelo menos duas vezes por ano, com um produto próprio para desbaratizações e outras pragas. No entanto, já há cerca de três anos que tal não acontecia e as baratas invadiram o local, saindo dos esgotos e infiltrando-se nas habitações. Gostaria pois de saber porque é que deixaram de fazer as ditas limpezas e desinfestações? -----

O Presidente da Mesa informou que os serviços respetivos tomariam, certamente, nota das duas situações levantadas pelo munícipe. -----

Período antes da Ordem do Dia:

Solicitando o uso da palavra, António Chaparro disse pretender colocar uma questão concreta relativamente à Freguesia de Alegrete e que era o seguinte: No passado sábado, tinha sido aberta ao público a piscina municipal de Alegrete, mas com o bar de apoio encerrado. Perante tal facto, a Junta de Freguesia tinha sido muito questionada e não tinham possibilidade de dar nenhuma resposta concreta aos habitantes. Disse apenas ter conhecimento de ter sido lançada, já tardiamente, uma consulta pública para se verificar se alguma empresa ou entidade estaria interessada na exploração do bar. Na sua opinião não seria apenas com dez dias de antecedência, da abertura da piscina, que se deveria ter lançado o concurso. Havendo um vazio de apresentação de propostas, certamente que inviabilizou a abertura de propostas ou a possibilidade de uma outra negociação qualquer para que o bar entrasse, atempadamente, em funcionamento. Posteriormente, como não houve nenhuma entidade a concorrer, foi lançada uma consulta a associações do Concelho, deixando de fora algumas da própria Freguesia de Alegrete, o que, obviamente, causou estranheza a todos. Portanto, questionou o Executivo se houve ou não a apresentação de alguma proposta por parte de alguma associação ou instituição, qual o ponto da situação e para quando estava prevista a abertura do bar de apoio? -----

Solicitando o uso da palavra, António Baptista disse que a sua intervenção não tinha seguimento na intervenção anterior e que apenas gostaria de saudar os novos órgãos eleitos do PS na federação distrital de Portalegre e esperava que desempenhassem, nos próximos anos, o seu trabalho em prol do Concelho, uma vez que, no ponto atual em que se encontram, deverá existir uma união de todos em prol de todos, pois só assim se alavancará o Concelho. Portanto, fazia votos para que a prioridade da equipa eleita, quer para a federação, quer para a concelhia, fosse o interesse dos portalegrenses e não os interesses partidários e políticos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra a Presidente da Câmara, começou por responder à questão colocada pelo público, dizendo que não cabia à Câmara o problema referente ao gps. Contudo, iriam tentar saber de quem era a responsabilidade para que fossem enviadas as coordenadas devidamente corretas. Relativamente à desratização e à desbaratização, informou que estão a ser feitas de dois em dois meses, de forma rotativa. No entanto, não tinham conhecimento daquele caso em concreto e iriam agir logo que possível. Quanto à piscina de Alegrete e conforme foi dito pelo Presidente da Junta, foi feito o concurso mas ficou deserto e não houve qualquer proposta das instituições que foram contactadas. Portanto, terão de lançar novamente o concurso ou tratar-se de outra forma. ---

ORDEM DO DIA:

1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;

Presentes os relatórios do executivo camarário, respeitantes à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

No uso da palavra, António Baptista referiu que aquando das grandes opções do plano, teria ali saudado a grande aposta respeitante à proteção civil e aos incêndios no Concelho. No entanto, não pôde deixar de reparar que, quando ia para a sua zona residencial, muitas das veredas estavam por limpar e com o pasto demasiado alto. Visto que chegara a altura de risco elevado de incêndios, pretendeu saber como é que estava a decorrer a limpeza das estradas e caminhos municipais? -----

A Presidente da Câmara informou que a equipa de sapadores florestais estava, atualmente, no terreno e a área a limpar era muito extensa. Disse que todos os dias tinham solicitações e o trabalho estava a ser cumprido. Além do facto de o ano ter sido anómalo e de ter chovido fora de tempo, a equipa estava a envidar todos os esforços para darem resposta aos pedidos, o mais rápido possível. Acrescentou que se havia equipa que funcionava bem, era a dos sapadores e quase todos os dias eram recebidos agradecimentos, tanto das Juntas, como da população em geral, pelo trabalho efetuado. -----

2 – Atas nºs. 17 e 18, relativas às reuniões realizadas em 26 de março e 30 de abril, respetivamente;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presentes as Atas referentes às duas últimas sessões da Assembleia, acima mencionadas. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três abstenções, aprovar as respetivas atas. -----

3 – Retificação da deliberação da Câmara Municipal de Portalegre, de 2 de Julho de 2007, relativa à doação de uma parcela de terreno para alargamento do Caminho dos Almagres – Para conhecimento;
- Deliberação de 2012.05.14 -

Presente informação n.º 1346 da Divisão de Gestão Financeira/Serviço de Património de 27 de março de 2012, a propor a retificação da deliberação tomada na reunião de 2 de Julho de 2007, relativamente à área da parcela doada pelo Sr. João da Conceição Nunes, para o alargamento do caminho dos Almagres. A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar a retificação da deliberação tomada na reunião de 2 de Julho de 2007, relativamente à área da parcela doada pelo Sr. João da Conceição Nunes, passando a constar: “que a parcela doada pelos Herdeiros de João da Conceição Nunes, tem uma área de 226,63m², a confrontar de norte, sul e poente com caminho público e de nascente com terreno dos doadores, a desanexar da parte rústica o prédio misto sito e denominado Almagres, freguesia da Sé, concelho de Portalegre, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2854, inscrito na matriz a parte rústica sob o art.º 262 da Secção A, e a parte urbana sob o artigo 2524, destinada ao alargamento do caminho dos Almagres, tendo sido atribuído o valor de 5,00€ o metro quadrado.

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

4 – Redução de taxas/reconhecimento de interesse municipal do empreendimento do Parque de Campismo da Herdade do Tourinho, Freguesia de Fortios;
- Deliberação de 2012.05.14 –

Presente processo n.º 195/2002, apresentado por Narciso Joaquim Bailim Durão, referente ao projeto de arquitetura, para construção de um Parque de Campismo, na Herdade do Tourinho, freguesia de Fortios, com informação do DUOM, de 08/05/2012, a propor a redução para metade do valor das taxas e pagamento faseado das mesmas. A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, reconhecer o especial interesse público do empreendimento, ao abrigo da alínea b) do ponto 5 do artigo 16º do RMUETCU. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Sílvia Relvas perguntou à Presidente da Câmara Municipal se a situação da Herdade do Tourinho não era já antiga e se não tinha tido já alguma declaração de interesse municipal? -----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que a deliberação em causa teria a ver com o projeto da altura e com as áreas, face ao anterior PDM. Atualmente, tinha mais a ver com o novo PDM e, portanto, com a necessidade da devida alteração. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento.-----

5 – Serviços Municipalizados de Águas e Transportes/autorização para celebração de contratos plurianuais – contrato para prestação de seguros do segmento não vida;

- Deliberação de 2012.05.14 –

Presente ofício dos SMAT, de 09 de maio de 2012, referente à autorização para celebração de contratos plurianuais – Contrato para prestação de seguros do segmento não vida. Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, autorizar a celebração dos contratos. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos supra referidos. -----

6 – Isenção de taxas/reconhecimento de interesse municipal da obra de adaptação de espaço para restaurante – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Portalegre;

- Deliberação de 2012.05.14 –

Presente processo n.º 90/2011, pedido apresentado por Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, para adaptação espaço a restaurante, em Av.ª da Extremadura Espanhola, na freguesia da Sé, acompanhado de informação do DUOM, de 11/05/2012, a propor o eventual interesse público do empreendimento, com o posterior envio a Assembleia Municipal. A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, reconhecer o interesse público do empreendimento, para efeitos de isenção de taxas, ao abrigo do artigo 16.º do RMUETCU.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o assunto atrás mencionado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

7 – Venda da participação financeira de 5% do Município de Portalegre na Empresa Muncípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação EM, S.A.;

- Deliberação de 2012.05.28 -

Presente ofício ref.^a 687, do Município de Aguiar da Beira, de 18 de abril de 2012, a solicitar que o Município manifeste se tem interesse na aquisição da participação financeira do Município de Aguiar da Beira-Muncípia, S.A. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, informar o Município de Aguiar da Beira, que não se encontra interessada na aquisição da participação financeira do Município de Aguiar da Beira-Muncípia, S.A. Mais foi deliberado, por unanimidade, a venda na participação financeira de 5% do Município de Portalegre. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento supra indicado.-----

8 – Relatório de Gestão e Contas da Fundação Robinson/2011 – Para conhecimento;

Presente Relatório de Gestão e Contas da Fundação Robinson/2011.

Solicitando o uso da palavra, Conceição Grilo disse que, dada a pertinência do assunto, gostaria de pedir à Presidente da Câmara uma apresentação, de forma sucinta, das questões essenciais do mesmo. -----

O Presidente da Mesa, disse que o assunto era somente para conhecimento e que sem os órgãos próprios, para fazerem a apresentação, tal não seria possível. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que não estava a perceber a justificação dada para a falta de resposta, uma vez que os partidos ali presentes não tinham representantes nos órgãos da Fundação. O Município é que tinha nomeados seus naqueles órgãos, o que era uma coisa diferente além de que, independentemente da cor partidárias das pessoas que ocupavam os lugares, uma tese já muito abordada anteriormente era que não precisavam de esclarecimentos nenhuns, porque tinham lá representantes. Contudo, tal facto não era correto porque a própria Assembleia Municipal não tinha um único representante no Conselho de Administração. Acrescentou que a Câmara nomeou administradores e prestava contas à Assembleia Municipal. No entanto, o que a sua colega de bancada perguntou foi se a informação tinha sido prestada de acordo com a deliberação da Câmara, ou melhor, se a comissão estaria a funcionar de acordo com o que fora deliberado e também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

saber se a fundação teria cumprido com o que estava determinado pelo seu principal fundador, que era o Município de Portalegre e não a Câmara Municipal, bem como, se teria prestado a informação que derivava das deliberações subsequentes às extinções dos protocolos? -----

A Presidente da Câmara referiu que não tinha sido aquela a questão que lhe tinha sido colocada inicialmente, mas sim para apresentar o relatório em causa. Em primeiro lugar, se lhe dissessem exatamente o que é que pretendem, talvez conseguisse explicar. Contudo, não lhe seria possível esclarecer todos os programas do referido relatório no seu todo. Em segundo lugar, a questão seguinte já era uma outra, que não tinha a ver com a primeira. Portanto, era necessário saber se eram duas perguntas ou se, por outro lado, era só uma, então teriam de a reformular. -----

Novamente no uso da palavra, Conceição Grilo disse que o objetivo da sua questão, visto tratar-se de um assunto de grande pertinência e de uma gestão que tinha de ser feita com muito cuidado, prendia-se com a consolidação das contas entre a autarquia e a Fundação Robinson. Como todos sabiam, foi-lhes apresentado um relatório, o qual foi lido e analisado. No entanto, e face ao mesmo, aos projetos que tinham continuidade e aos montantes envolvidos, perguntou à Presidente o que é que tinha em perspetiva para 2012? Reconheceu que a questão era diferente, mas gostaria de ouvir, relativamente àquilo que foi feito em 2011, o que era mais substancial e que continuidade é que previa para 2012?-----

Em resposta, a Presidente disse que, em relação a 2011, o relatório de contas foi votado também na Assembleia de Curadores e tudo aquilo que estava previsto foi cumprido, em termos dos programas. Portanto, o que lhe aprazia dizer era que, de facto, o que estava estipulado se cumpriu, a todos os níveis. Acrescentou que a Assembleia de curadores referiu que tinha sido feita uma boa gestão e que o caminho trilhado estava cumprido. Quanto a 2012, obviamente que teriam de se balizar por aquilo que era o orçamento da Câmara, tendo em conta a legislação que entrou em vigor a 21 de fevereiro, a qual tinha a ver com a lei dos compromissos e com a lei dos disponíveis. Referiu, inclusive, que a regulamentação da lei tinha saído na passada semana e estavam atualmente a analisar a dita regulamentação, tanto para as contas do Município, como para as da Fundação. Por último, em relação à outra questão que lhe foi colocada, informou que a referida comissão teria de ser nomeada pela Câmara e não estava ainda nomeada pelo executivo camarário mas, obviamente que estava a seguir o trabalho da Fundação e tinha dado conta, nas reuniões de Câmara, de tudo o que foi feito. Por outro lado, lembrou o facto de a Câmara ter nomeado pessoas de cada um dos partidos, para estarem presentes no conselho de administração e, portanto, os mesmos faziam um “elo de ligação” entre a Fundação e a Câmara. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, António Chaparro perguntou à Presidente da Câmara, enquanto Presidente também do conselho de curadores, se, conforme constava no preâmbulo do relatório, a Fundação também tinha entrado proclamadamente naquela questão da crise? E se o conselho de administração e, nomeadamente, o conselho de curadores da própria Fundação já tinham começado a preparar algumas medidas que levem aos “racionamentos” da própria ação da mesma? Não seria já tempo de ser apresentada, quer à Câmara, a qual tem sido a principal injetora de capital naquela Fundação, quer à própria Assembleia Municipal, uma alteração ao plano de atividades, à própria gestão, ao número de elementos e de vencimentos, que já ter sido feitos dentro da gestão da instituição. Na sua opinião, a fundação não poderá ficar à margem das racionalizações que todos, quer as Juntas de Freguesia, quer a Câmara Municipal, estavam a sentir há já algum tempo. Solicitou uma resposta concreta àquelas questões. -----

No uso da palavra, João pina disse que na ata da reunião de Câmara, do dia 2 de abril, constava uma deliberação do executivo municipal, que dizia o seguinte: “A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, a inclusão da Fundação Robinson no perímetro de consolidação orçamental do Município, no ano de 2011. Deste modo, fica a Fundação Robinson obrigada a cumprir com todos os requisitos das restantes entidades do perímetro de consolidação orçamental da Câmara Municipal de Portalegre, nomeadamente a regra da contratação pública.” Perante aquilo, questionou a Presidente da Câmara se tinha conhecimento daqueles cortes salariais (13.º e 14.º mês) estarem a ser cumpridos pela Fundação Robinson?-----

A Presidente da Câmara, quanto à questão da racionalização, aprazia-lhe dizer que a Fundação Robinson teve sempre em mente tal preocupação. A Fundação tinha conseguido, muitas vezes, majorações e ir buscar IVAs que muitas vezes não são fáceis e, portanto, os próprios curadores felicitavam-na por tal. Obviamente que ao falar de racionalização, referiu que atualmente estava a ser feito um draft feito pelos juristas da Câmara, não só às despesas de funcionamento da Robinson, como também às despesas necessárias ao funcionamento dos programas para 2012. Portanto, tinha esperanças de que, brevemente, aqueles programas pudessem ser presentes à Assembleia. Ainda relativamente aos cortes, disse que estavam todos a ser feitos de acordo com a lei. -----

No uso da palavra, Luís Testa perguntou à Presidente se tinha consciência da enormidade que tinha acabado de dizer? A seu ver, quando as pessoas proferem certas palavras, teriam de ter cautela com aquilo que se diz. O facto de um conjunto de juristas, da própria Câmara, estar a elaborar um “esboço” relativo às preocupações orçamentais e de funcionamento da Fundação não deixava de ser ousadia a mais. Perante tal, constatava-se o que se ouvia pelas ruas diariamente: naquele executivo faltava liderança, poder político e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presidente da Câmara! Acrescentou que a Presidente era um “fantasma”, porque, como era óbvio, quando era preciso decidir algo eram os funcionários que, com competência e boa vontade, se atiravam para a frente e que muitas vezes metiam a “cabeça no cepo”. Não deveriam ser os juristas a determinar qual a vontade de investimento do Município na Fundação Robinson, mas sim a Presidente. Relembrou o facto de que a Fundação enviou, no passado mês, uma proposta de orçamento de funcionamento da mesma, com aquilo que consideravam por minimamente necessário, em termos de custo de execução, de gestão e, supostamente, para algum investimento. Contudo, já se passaram cerca de quinze dias e ainda não existia deliberação sobre o mesmo. Questionou se os vereadores da oposição já tinham tido conhecimento oficial do mesmo? Considerou que todos precisavam de estar cientes daquilo que se passava e a questão era que a Fundação Robinson passou a ser uma enorme “pedra no sapato” do atual executivo e a Presidente da Câmara, provavelmente, rezava todos os dias para que o tal censo das fundações culminasse no encerramento da mesma, porque assim não ficaria com o ônus de a encerrar, de sua espontânea vontade. Portanto, vislumbra-se que não existe viabilidade nenhuma para a Fundação Robinson, mas aquilo que a Presidente da Câmara determinava era que não se apresentasse a proposta de orçamento ao órgão competente (CMP), como seria obrigatório em reunião de Câmara, até porque a proposta não lhe fora dirigida pessoalmente. Não o tendo apresentado, o que se estava a assistir era à “morte lenta” e anunciada daquela Fundação, ou seja, a Presidente apenas aguardava que existisse a determinação, por parte do Governo, da inviabilidade da Fundação Robinson, culminando com a extinção, para depois se justificar perante os que investiram o seu tempo na mesma e perante os seus funcionários. Concluiu, afirmando que a Presidente não tinha coragem nem liderança política e nem condições para se afirmar como líder daquela “casa”. -----

A Presidente da Câmara disse que todas as acusações que lhe foram feitas na intervenção anterior revelavam total desconhecimento do membro Luís Testa, porque para se levar a reunião de Câmara todas os protocolos, despesas de funcionamento, etc. tinha de haver uma coisa muito importante, que era cabimento. Relembrou que a regulamentação da lei dos disponíveis só tinha saído na semana passada e, obviamente, precisava de ter dinheiro disponível para poder deliberar. Relativamente ao protocolo atrás mencionado, informou que os juristas trabalhavam sobre diretrizes e iriam continuar a efetuar o trabalho até que chegue a altura de ir a reunião, devidamente cabimentado, para então poder ser deliberado. -----

O Presidente da Mesa informou que aquele ponto estava já debatido e não poderia prolongar-se mais. -----

No uso da palavra, Luís Testa pretendeu colocar um ponto de ordem à Mesa, dizendo que à Presidente da Câmara que os assuntos que eram levados a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

reunião eram os que são postos ao órgão Câmara Municipal e não podia haver veto algum, pois todos os Vereadores tinham direito a conhecer todos e quaisquer assuntos colocados ao órgão Câmara Municipal. Portanto, aquele assunto em concreto, seria o órgão Câmara Municipal que tinha competências para determinar se existiam dinheiros cabimentados para efetuar, ou não, a despesa. Não era a Presidente de Câmara que previamente censurava a levada de um ponto à reunião. -----

A Presidente de Câmara interrompeu afirmando que tinha responsabilidade civil e criminal se levasse algo a reunião de Câmara, para deliberação, que tivesse a ver com verbas e não estivessem cabimentadas.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa não concordou e referiu que a Presidente de Câmara só tinha responsabilidade civil e criminal se levasse a reunião de Câmara algo da sua própria autoria. Naquela questão, existia uma entidade externa que tinha apresentado um assunto que, por acaso era um protocolo de financiamento ao órgão câmara Municipal. Portanto, a Presidente apenas teria de o levar à reunião de Câmara, que era o órgão a quem se tinha dirigido a Fundação Robinson, para observarem quer a legalidade, ilegalidade e a cabimentação ou não dos dinheiros vertidos no protocolo, sem ter qualquer responsabilidade para tal, uma vez que o documento não lhe estava dirigido pessoalmente. Concluiu, dizendo que àquele procedimento se chamava direito de veto abusivo, relativamente à informação que deveria ser prestada, nomeadamente as vereadores da oposição, uma vez que eles nem sequer conheciam aquele documento, a pretexto da suposta ilegalidade que haveria se a Presidente o levasse a reunião de Câmara. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara perguntou ao membro Luís Testa se o objetivo de levar o documento à reunião de Câmara não era para que o mesmo fosse votado? Como é que se deliberava um assunto se não houvesse cabimento? -----

O Presidente da Mesa deu por encerrada a discussão daquele ponto.-----

Novamente no uso da palavra, Conceição Grilo solicitou colocar uma última questão à Presidente, dizendo que tinha a ver com algum desconhecimento de alguma informação referente à deliberação de Câmara, tomada a 2 de abril, em que ficou estipulada a apresentação dos relatórios trimestrais, sendo que o primeiro seria apresentado até ao fim de maio mas, entretanto, já estavam no fim de junho e ainda não foi apresentado. Quando é que estava previsto apresentá-lo e quando é que começava com a periodicidade trimestral, para a apresentação dos devidos relatórios?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da Mesa disse que os vereadores já tinham conhecimento daquele assunto, pois foi discutido em reunião de Câmara, a qual tinha sido pública e, portanto, não autorizava a resposta à questão apresentada. -----

O membro Luís Testa quis colocar novo ponto de ordem à Mesa, questionando o facto do Presidente da Mesa não autorizar a resposta devida a um membro daquela Assembleia Municipal? -----

O Presidente da Mesa informou os presentes que o ponto em causa era apenas para conhecimento e que iriam passar ao ponto seguinte. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

9 – 1ª. Revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2012 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação de 2012.06.11 –

Presente a 1ª. Revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2012 da Câmara Municipal de Portalegre. A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com a abstenção dos Vereadores João Realinho, Paula Alegre e Pinto Leite, remeter à Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, Conceição Grilo perguntou quais eram os pontos que estavam alterados e se podiam ter conhecimento de uma breve apresentação daquele ponto?-----

A Presidente da Câmara disse que a revisão feita tinha a ver com o reforço de algumas rubricas necessárias ao funcionamento da própria Câmara. Basicamente, teve a ver com as candidaturas dos sapedores florestais, em termos de reforçar o serviço. Houve também a anulação de uma candidatura, por parte das infraestruturas do espaço Robinson, a qual caiu e que acabou por ser anulada, tanto a nível da receita como da despesa. Houve inclusive a retirada de valores, por via da aposentação de alguns funcionários e também de duas renúncias ao cargo. Resumiu ainda alguns dos reforços efetuados na receita. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que o PS encarava com alguma naturalidade aquela revisão do orçamento e das grandes opções do plano. No entanto, quis perguntar concretamente à Presidente da Câmara, qual era o ponto da situação quanto à escola da Praceta, relativamente ao regime de exceção, na execução da obra? Assim como à garantia do capital para investimento na requalificação daquele espaço? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em resposta, a Presidente da Câmara informou que o documento que veio da CCDR foi a reunião, tendo a escola passado ao escrutínio que foi feito na “operação limpeza”, a nível dos dinheiros do QREN. Portanto, o montante já estava assegurado, já foi a reunião de Câmara e a obra iria começar assim que tivessem o aval do Tribunal de Contas.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, com 9 abstenções e 15 votos a favor, aprovar o documento supra indicado.-----

10 – 1ª. Revisão ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre de 2012;

- Deliberação de 2012.06.11 -

Presente a 1ª. Revisão ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre de 2012. A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com a abstenção dos Vereadores João Realinho, Paula Alegre e Pinto Leite, remeter à Assembleia Municipal.

A Presidente da Câmara informou que a alteração do mapa de pessoal resultava da renúncia ao cargo da diretora de departamento dos assuntos sociais, educação, desporto e cultura e do chefe de divisão da cultura, bem como da aposentação de alguns assistentes operacionais. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa questionou a Presidente da Câmara se os dois lugares que referiu, da diretora e do chefe, apenas existiam em função daquelas pessoas específicas? Porque, normalmente, se não houvesse necessidade, não se tinham criado os lugares ou já se tinham extinto. Contudo, se continuar a haver necessidade, deveriam ser reconduzidas novas pessoas para aquelas funções. -----

A Presidente da Câmara informou que estava para sair legislação com uma proposta de reformulação, sobre a qual a Câmara terá de se expressar, relativamente ao estudo de reformulação dos quadros de dirigentes. Para além daquilo existia outra novidade, que tinha a ver com a transferência de pessoas das Câmaras par as CIM's. No entanto, ainda não sabia as condições em que tal iria ocorrer, pois estavam à espera que a lei saísse. Contudo, já estavam a trabalhar internamente, no sentido de haver uma proposta para apresentar porque, como já se sabia, o que estava previsto para a Câmara de Portalegre era de ficar com apenas três dirigentes, o que considerava manifestamente insuficiente. A proposta será apresentada, tendo em conta aquilo que achavam razoável e a racionalização dos custos. Mais referiu que estava para sair uma outra lei, a qual podia penalizar a Câmara pelo facto de a mesma estar com excesso de endividamento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Luís Testa questionou a Presidente da Câmara se já se tinha dado conta de que os motivos que a levavam, sistematicamente, a apresentar qualquer proposta de natureza política àquela Assembleia eram sempre com base nas leis que irão sair? Disse entender que, por vezes, a sagacidade de um político era trabalhar com a antevisão dos cenários futuros, mas aquilo que a Presidente estava a fazer nem era sequer trabalhar com a voz dos populares, mas sim com a voz do Governo. Na sua opinião, a Presidente poderia ter usado o mesmo motivo honesto que ali tinha apregoado de reformular o imenso disparate que foi a elaboração daquele mapa de pessoal do Município, para não permitir que a redução fosse tão drástica, mas sim adequá-lo em função das realidades existentes. Disse, inclusive, que a Presidente teve a oportunidade de, com a sua generosidade e vontade política, limitar a ação do Governo dentro da casa que era o Município de Portalegre. Contudo, optou por prescindir do trabalho atempado, aturado e envolvente e foi, apressadamente, mexer na minudência do quadro de pessoal, eliminando dois lugares que, por acaso, os seus titulares tinham a eles renunciado. Em conclusão, aquilo não era governar em função de uma grande visão, mas sim de forma atrasada e rudimentar.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 9 abstenções e 15 votos a favor, aprovar o documento supra indicado.-----

Assuntos Fora da Ordem do Dia:

1 – Nomeação de Juizes Sociais;
- Deliberação de 2012.06.25 -

O Presidente da mesa informou os presentes de que teriam de passar à votação dos juizes sociais, para indicação das listas que Município e a Assembleia Municipal de Portalegre deverão apresentar ao Conselho Superior de Magistratura e ao Ministério de Justiça. Acrescentou que o assunto tinha sido aprovado, naquele mesmo dia, em reunião do Executivo Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 23 presenças, aprovar o referido assunto.-----

2 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou substituto para o XX Congresso Extraordinário da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a decorrer em Santarém a 29 de setembro do ano em curso;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da Mesa disse que, como era já habitual, teriam de eleger um presidente de Junta para estar presente no referido Congresso. Portanto, iriam passar à votação secreta do mesmo. -----

O Membro António Baptista pretendeu colocar um ponto de ordem à Mesa, para tentar saber se existiam candidatos?-----

O Partido Socialista indicava para representante Francisco Silva (Sé).-----

O Partido Social Democrata apontou o nome de António Oliveira (S. Lourenço) e para substituto Alfredo Nunes (Ribeira de Nisa).-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e a votação foi a seguinte:-----

- Efetivo: António Oliveira (S. Lourenço), com 17 votos; -----

- Substituto: Francisco Silva (Sé), com 11 votos.-----

Aprovação em Minuta:

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efectuada a votação à Minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção, em 23 presenças.-----

FALTAS:

=====

Foram marcadas faltas aos membros: Luís Manuel Madeira Pargana, Adriano da Graça Mourato Capote, Catarina Alexandra Dias, Carlos Alberto da Conceição Afonso e Maria Fernanda Serineu Bacalhau.-----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 18.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 23.00 h, do dia 25 de junho, do ano de 2012 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada.-----

E eu, _____, 1.º Secretário(a) da Mesa, a redigi e subscrevo.